



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/25857.57679-48

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 2.865, de 2025, da Senadora Dra. Eudócia, que *altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a ausência no trabalho do responsável por acompanhar a criança ou adolescente em tratamento oncológico.*

Relatora: Senadora **PROFESSORA DORINHA SEABRA**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Lei (PL) nº 2.865, de 2025, da Senadora Dra. Eudócia, que altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) –, para dispor sobre a ausência no trabalho do responsável por acompanhar a criança ou adolescente em tratamento oncológico.

O Projeto de Lei propõe alterar o art. 473 da CLT para permitir que o responsável legal por criança ou adolescente com câncer possa se ausentar do trabalho pelo tempo necessário para acompanhamento durante todo o tratamento oncológico, sem prejuízo do salário. A medida busca suprir lacunas existentes na legislação trabalhista atual, que limita essas ausências.



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1451468499>



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

A justificativa do projeto destaca que crianças e adolescentes até 18 anos têm direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), incluindo prioridade no atendimento e convivência familiar. A presença de um responsável durante o tratamento é considerada essencial para garantir proteção, segurança e apoio emocional, elementos fundamentais para o desenvolvimento saudável.

A justificação também aponta a desigualdade entre trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos, já que estes têm direito à licença remunerada para acompanhar filhos doentes. Além disso, menciona o Estatuto da Pessoa com Câncer, que garante ao paciente o direito à presença de acompanhante durante todo o tratamento, reforçando a necessidade de harmonização das normas.

O Projeto foi atribuído a esta Comissão de Assuntos Sociais para exame em caráter terminativo e não recebeu qualquer emenda até o presente momento.

II – ANÁLISE

A Comissão de Assuntos Sociais é competente para a apreciação do projeto, conforme o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A matéria está afeta ao Direito do Trabalho, que se encontra no rol daquelas cuja competência legislativa recai exclusivamente sobre a União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal.

A competência do Congresso Nacional é manifesta, tanto em termos de iniciativa quanto no tocante à sua apreciação. Não existe invasão da competência privativa reservada a outro dos Poderes da República.

Tampouco se verifica antijuridicidade da proposição ou contrariedade aos termos do RISF. A matéria não está reservada a Lei





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Complementar, sendo adequada, portanto, sua tramitação por meio de projeto de lei ordinária.

No mérito, trata-se de introduzir na CLT mais uma hipótese de interrupção do contrato de trabalho, por meio de novo inciso ao art. 473. As hipóteses de interrupção do contrato de trabalho, recorde-se, são aquelas em que apenas a prestação do serviço pelo empregado é interrompida, mas não o pagamento do salário, bem como os demais consectários legais decorrentes do contrato de trabalho.

O conceito que fundamenta a existência de tais hipóteses de interrupção do contrato de trabalho é o de permitir ao trabalhador a possibilidade de se ausentar do serviço para poder acompanhar, de forma mais adequada, eventos cujas características exijam sua atenção total. A proposta ora em exame acrescenta nova hipótese a esse rol: o acompanhamento de criança ou adolescente durante tratamento oncológico, pelo tempo que se fizer necessário.

Nesse sentido, a proposição incorpora um elemento essencial para as modernas relações de trabalho: a busca de equilíbrio entre as demandas concorrentes do trabalho e as demandas familiares.

Além disso, temos de considerar que, no Brasil, não existe dentro do sistema de seguridade social um esquema plenamente desenvolvido de acompanhamento dos enfermos, cabendo tradicionalmente à família a responsabilidade pelo cuidado das pessoas acometidas por doenças, quando fora do ambiente hospitalar.

Particularmente, o projeto é oportuno por complementar as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que, em seu art. 12, estabelece que os *estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.*





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

A modificação que se propõe para a CLT espelha e completa a disposição do ECA, pois permite que os pais ou responsáveis venham a ocupar os espaços que têm à disposição para o acompanhamento de seus dependentes menores durante esse período tão delicado e vulnerável.

Adicionalmente, cumpre destacar que a medida proposta está em consonância com princípios constitucionais, notadamente o da dignidade da pessoa humana e o da proteção integral à criança e ao adolescente, previstos nos arts. 1º, III, e 227 da Constituição. Ao assegurar ao trabalhador a possibilidade de acompanhar o tratamento oncológico de seus dependentes, a norma reforça a prioridade absoluta conferida à saúde e ao bem-estar dos menores, sem descuidar da preservação do vínculo empregatício e da estabilidade financeira da família.

Sob a perspectiva econômica e social, a iniciativa contribui para reduzir os impactos psicológicos e emocionais decorrentes do afastamento prolongado de crianças e adolescentes em tratamento, favorecendo a adesão aos protocolos médicos e a recuperação do paciente. Estudos indicam que a presença familiar durante terapias complexas, como as oncológicas, é fator determinante para a melhoria da qualidade de vida e para a redução de complicações clínicas, o que, em última análise, pode, também, gerar reflexos positivos para o sistema público de saúde.

Por fim, é relevante observar que a proposta não cria ônus desproporcional para o empregador, uma vez que se limita a assegurar a manutenção do pagamento do salário durante o período de ausência, sem impor encargos adicionais. Trata-se, portanto, de medida equilibrada, que harmoniza os interesses do trabalhador, da família e da empresa, promovendo um ambiente laboral mais humanizado e compatível com as exigências sociais contemporâneas.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/25857.57679-48

III – VOTO

Do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.865, de 2025.

Sala da Comissão, de dezembro de 2025.

Senador Marcelo Castro, Presidente

Senadora Professora Dorinha Seabra, Relatora



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1451468499>